



URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade

Gesner Brehmer

gesnerbrehmer@hotmail.com | Universidade Estadual de Feira de Santana

Educação, tecnologia e trabalho:

uma análise do capital humano do município de Feira de Santana.

Education, technology and work:

an analysis of human capital in the municipality of Feira de Santana..

Educación, tecnología y trabajo:

un análisis del capital humano en el municipio de Feira de Santana

Resumo | Abstract | Resumen

1. INTRODUÇÃO

A análise do desenvolvimento regional e urbano a partir de uma perspectiva locacional constitui-se em uma tarefa caracterizada pela complexidade, uma vez que pode ser estudada sobre diversos campos de pesquisa: pelos fatores naturais de um determinado espaço (disponibilidade de matérias prima, por exemplo); fatores locacionais (proximidade de determinado local dos centros produtores ou de vias de escoamento); fatores culturais (que acabam por formar estruturas sociais dentro de uma região) ; fatores políticos, quando o Estado age como indutor do desenvolvimento através de políticas públicas de fomento e/ou de planejamento; ou fatores empresariais através da geração de empregos, do recolhimento de tributos ou de uma estruturação de um sistema de parceria de negócios.

Com a revolução tecnológica e o processo de globalização no final do século passado, novos fatores passaram a ser levados em conta na análise do desenvolvimento regional e urbano. Como salienta Cunha (2014, p.20), “o advento da tecnologia da informação ampliaram o rol de fatores econômicos para além da relação capital x trabalho x insumos de produção, de modo que o conhecimento passa a ser o maior ativo de maior importância nas relações econômicas, sociais e urbanas”.

Deste modo, o presente artigo tem por objetivo estudar, tendo por base o município de Feira de Santana, as relações entre a formação superior do capital humano e as características de desenvolvimento regional e urbano. Estabelecendo o pressuposto de

que o capital humano é um fator importante e estratégico para o desenvolvimento regional, é preciso definir o conceito de capital humano. Neste sentido, Castro e Spinola (2016, p.02), definem o capital humano como “ o resultado do acúmulo de todos os investimentos em educação, treinamento, saúde e outros fatores que aumentam a produtividade individual e, conseqüentemente, os ganhos.”

Sendo assim, além desta introdução e das considerações finais, este artigo apresenta uma revisão teórica sobre capital humano e uma contextualização histórica e econômica de Feira de Santana para, em seguida, tratar sobre os pressupostos do desenvolvimento regional, e a terceira tratará dos dados sobre o município de Feira de Santana. Alguns destes dados foram pesquisados em fontes secundárias apesar de terem como base primária algumas bases públicas como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) e o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais).

Feira de Santana é a segunda maior cidade da Bahia e apresenta uma economia marcada por atividades diversificadas (indústria, comércio e serviços). É perceptível o crescimento das atividades focadas na formação do capital humano e a crescente demanda das atividades econômicas existentes e potenciais por pessoas devidamente qualificadas.

2. REVISÃO TEÓRICA SOBRE O CAPITAL HUMANO

Um dos entendimentos basais do capital humano definindo-o como um dos principais indutores para a produção de riqueza e de desenvolvimento de um país é formalizado pelo economista Theodore W. Schultz em 1960. O autor procurou mostrar através de sua pesquisa que a reconstrução econômica dos países que foram destruídos pela Segunda Guerra Mundial, só foi possível de forma tão rápida em virtude dos investimentos massivos em capital humano por parte dos governos. Schultz (1971, p.31) afirma que:

Embora seja óbvio que as pessoas adquiram capacidades úteis e conhecimentos, não é óbvio que essas capacidades e esses conhecimentos sejam uma forma de capital, que esse capital seja, em parte substancial, um produto do investimento deliberado, que têm-se desenvolvido no seio das sociedades ocidentais a um índice muito mais rápido do que o capital convencional (não-humano), e que o seu crescimento pode muito bem ser a característica mais singular do sistema econômico. Observou-se amplamente que os aumentos ocorridos na produção nacional têm sido amplamente comparados aos acréscimos de terra, de homens-hora e de capital físico reproduzível. O investimento do capital humano talvez seja a explicação mais consentânea para esta assinalada diferença.

Nesta abordagem, o conceito de capital humano está intrinsecamente associado pelo modo de como é estruturado e estimulado as potencialidades ligadas ao cognitivo humano tais como: potencial, habilidades, desempenhos e experiências individuais

alinhados ao comprometimento da capacidade de pensar , sendo assim um ativo inegociável (não podendo ser vendido ou alugado) e sim adquirido através da intermediação do indivíduo.

Partindo dos estudos formais de Schultz (1971), outros autores passaram a se aprofundar sobre a temática do capital humano. Becker (2007) procurou analisar como se dava a relação custo x benefício das atividades que elevavam a produtividade do indivíduo , e concluiu que o investimento em educação é crucial para o crescimento econômico, melhora os rendimentos individuais (quanto maior o nível de instrução do indivíduo, maior o salário que ele recebe) e tem externalidades positivas sobre a saúde e a formação das famílias . De forma resumida, Becker diz que “(...) é importante que o governo tenha planos que estendam a educação a todos,e que esta educação seja de qualidade “(Becker, 2007, p.35).

Para Blundell et AL (1999), apenas dois componentes do capital humano apresentam correlação: as competências e habilidades adquiridas através da educação formal ou de treinamento do trabalho e a capacidade inicial do indivíduo. Complementar a esta análise, Cunha (2007, p.28) afirma que:

A chave da teoria do capital humano é o conceito de que a aquisição de mais conhecimentos e habilidades aumenta o valor do capital humano das pessoas, aumentando sua empregabilidade, produtividade e rendimento potencial. Conseqüentemente [sic], o investimento em educação leva a um aumento de renda futura, além de ocupar uma posição destacada

no progresso das sociedades na forma de bem-estar social e inovação tecnológica.

É importante salientar que, apesar de que os estudos de Schultz (1971) serem reconhecidos como o marco contemporâneo da compreensão do capital humano tanto no contexto econômico quanto no contexto social, autores clássicos da economia também forneceram bases teórico-conceituais para a formulação do tema, dentre os quais se destacam Adam Smith e Alfred Marshall.

Smith (2009) em seu estudo pioneiro “A Riqueza das Nações” já apontava a divisão do trabalho (especialização produtiva) como o fator mais importante na mudança do modo produtivo dentro do processo da Primeira Revolução Industrial. Ou seja, pode entender-se que através da capacitação técnica e o foco em uma única atividade como elemento crucial para o aumento da produtividade do trabalhador.

Em Marshall (1982), identificamos a proposição que o investimento no capital humano como a medida mais eficaz para promover uma erradicação da pobreza e no estímulo ao desenvolvimento econômico e urbano. Para isso, seria necessário que o governo investisse de forma pujante em uma educação voltada para as demandas do mundo do trabalho (qualificação técnica), mas também voltada para a propagação de valores sociais e morais de modo que tornariam a cidade melhor, tais como persistência, disciplina, pontualidade e persistência, sendo a inovação, um fruto natural deste processo.

Sabe-se que a atual conjuntura é marcada por condições mutáveis e efêmeras que afetam as organizações, as pessoas, os sistemas econômicos e a sociedade como um todo. O conhecimento assume posição de destaque como ativo intangível capaz de gerar diferenciais que afetam, sobremaneira, a competitividade de organizações e de economias inteiras. A capacidade de gerar e difundir conhecimento são apontados como elemento comum a sistemas que atingem indicadores expressivos no quesito do desenvolvimento urbano.

O entendimento de que o conhecimento é fluído, intangível e transferível pode levar à errônea inferência de que os aspectos locais ou regionais estariam prejudicados, uma vez que nada impediria sua constante e livre transferência (do conhecimento gerado) entre localidades a partir de vantagens materiais imediatas. No entanto, todas as características citadas do conhecimento, se facilitam sua fluidez, também o relacionam fortemente com agentes locais. Esse relacionamento se fortalece a partir dos seguintes aspectos (DINIZ e LEMOS 2005): atributos materiais, culturais, humanos e históricos das diversas localidades.

3. FEIRA DE SANTANA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E ECONÔMICA

Nesta seção deste artigo, informações sobre o município de Feira de Santana são apresentadas sob as perspectivas histórica, geográfica e econômica de modo a correlacionar estes fatores locais ao desenvolvimento e gestão do capital humano.

Fundada em 1833 como um entreposto comercial do setor agropecuário devido a sua localização privilegiada do comércio de gado do Nordeste, Feira de Santana começa um intenso processo de sua industrialização na década de 1970 do século passado, onde através da industrialização baiana iniciada vinte anos antes através da instalação da Refinaria Landulfo Alves e da criação do CIA (Centro Industrial Aratu) em Salvador e do COPEC (Complexo Polo Petroquímico) em Camaçari.

Em Feira, conforme salienta Almeida (2009), em 1970, Feira de Santana, através da elaboração do Plano Diretor do Centro Industrial do Subaé (PDCIS), começa a estabelecer a criação do Distrito Industrial do Subaé com o objetivo de estimular a expansão deste município como polo secundário e auxiliar da Bahia de modo a funcionar como complemento do eixo industrial que já havia se estabelecido na capital. Características marcantes como sua privilegiada localização rodoviária, a já existência de um pequeno parque industrial, a instalação do Centro de Desenvolvimento Industrial (CEDIN) e os incentivos fiscais para as indústrias de bens de consumo final foram decisivas na tentativa de promoção de um desenvolvimento econômico local por parte do Distrito Industrial do Subaé.

Para Goés Filho (2001), a instauração e implementação do CIS em Feira de Santana, através do Plano Diretor de 1970, merece destaque inovativo por levar em consideração aspectos que não estavam na ordem de importância da localização de um centro industrial, tais como: a) A preocupação com a questão ambiental

traduzida pela inclusão de capítulos específicos sobre a quantidade de poluição do ar e da água, propondo, em um prazo mais longo, a criação de um órgão regulamentador municipal para tratar da poluição em todo o município; b) Concepção de que o CIS deveria funcionar como um centro de apoio e complementação do Parque Industrial do Centro Industrial do Aratu (CIA), em Salvador; c) A ênfase do CIS em indústrias de pequeno e médio porte (aqui com fortes embates com a SUDENE, que insistia em aprovar projetos de empresas de grande porte). Parcerias entre a administração municipal e as empresas no que diz respeito às políticas de implantação de terra e da instalação da infraestrutura, nas quais as duas partes desembolsariam parcelas monetárias em valores iguais tanto nas compras dos terrenos quanto na execução das obras de infraestrutura, tornando, desta forma, o empreendimento autofinanciável. Este modelo de negócio foi considerado inovador por divergir fortemente do que foi utilizado no CIA, que por sua vez, utilizou de subsídios tanto para o terreno quanto para a infraestrutura.

Segundo Cruz (1999), o crescimento da indústria local na década de 70, e parte dos anos 80, vêm acompanhadas da expansão de atividades terciárias com fortes ligações aos movimentos de valorização de terras rurais, industriais e urbanas. A construção civil e a urbanização comercial, advindas dos investimentos governamentais que facilitavam o acesso às cidades do interior, trouxeram novas mudanças no cenário urbano e no cenário econômico para o município de Feira de Santana como a construção de um anel

rodoviário e o surgimento de novos conjuntos habitacionais populares que atendiam tanto aos interesses especulativos do capital imobiliário quanto aos interesses comerciais e industriais em escoar e regionalizar os processos produtivos, tendo novamente o Estado um papel importante na transformação econômica social de Feira de Santana.

Desta forma, o surgimento do CIS, enquanto motor de novos processos produtivos – seja com as economias de escala de novos produtos, seja quanto na atração de novas empresas de variados setores –, acaba por incitar, segundo Góes Filho (2001), novas formas de cooperação para os processos produtivos, novos arranjos locais com as indústrias instaladas, novos arranjos sociais (em termos econômicos, com o crescimento da classe industriária na cidade), e novas alianças políticas entre o governo municipal e o estadual com a classe industrial, ampliando, de forma significativa, o poder de barganha da região de Feira de Santana e, por conseguinte, a capacidade de partilha dos investimentos públicos.

Do ponto de vista geográfico e urbano, conforme salienta Cunha (2014), Feira de Santana é um município relativamente pequeno para seu porte econômico e demográfico (aproximadamente 1338 quilômetros quadrados) com uma população de 556.642 habitantes de acordo com o último Censo (IBGE,2010). Este espaço urbano é caracterizado pelo desenvolvimento de várias atividades dentre elas a comercial (característica marcante desde a fundação da cidade), porém este espaço é reordenado

geograficamente após a implantação do CIS. Sobre tal aspecto, Freitas (2010, p. 129) afirma que:

O Centro Industrial do Subaé é outro elemento marcante na formação territorial. Criado através da Lei Municipal nº 690, em 14 de Dezembro de 1970, é constituído por dois distritos industriais, um deles instalado no Bairro do Tomba, área que se situa na parte sul da cidade e é responsável pelo acesso à BR 101 e, o outro, às margens da BR 324, em contato direto com a capital; ocupa, portanto, Feira de Santana uma posição privilegiada, pois, além de ser considerado o maior entroncamento rodoviário do Norte-Nordeste do país, é o único município que, não sendo capital, detém um centro industrial de médio porte.

Através destas breves considerações, é possível observar que o município de Feira de Santana sobretudo após a implantação do CIS, passa por um novo processo de ordenação e organização espacial e urbana. Este novo ordenamento irá refletir de forma incisiva no desempenho econômico do município e no agrupamento das forças do desenvolvimento do capital humano, que serão retratadas na próxima seção deste trabalho.

4. FORMAÇÃO E QUALIDADE DO CAPITAL HUMANO EM FEIRA DE SANTANA

Para abordar as condições de formação e a qualidade do capital humano de Feira de Santana, se fez necessário elencar as principais instituições formativas desta capital, com foco na educação superior, como é o objetivo deste artigo. A escolha pelo foco na

educação superior como formadora de capital humano se dá pelo fato de estas serem as instituições formadoras de profissionais que em teoria, possuem habilidades intelectuais superiores e de articular conhecimentos para suprir as necessidades profissionais da economia brasileira, estadual e municipal, beneficiando não só os indivíduos, mas incrementando a produtividade da economia como um todo.

Em levantamento feito por Cunha (2014) através de fontes secundárias (páginas-web e relatórios oficiais) e primárias (visitas in loquo), verificou-se a seguinte configuração na oferta de educação superior em Feira de Santana:

Quadro 1: Instituições com oferta presencial em Feira de Santana

Instituição de Educação Superior – oferta presencial	Natureza
UEFS: Universidade Estadual de Feira de Santana	Pública
UNIFACS: Universidade Salvador – Campus Feira	Particular
FTC – Faculdade de Tecnologia e Ciências	Particular
FAT – Faculdade Anísio Teixeira	Particular
FAN/UNEF – Faculdade Nobre	Particular
Faculdade Pitágoras	Particular
FUFS – Faculdades Unidas de Feira de Santana	Particular
UNIRB – Faculdade Regional da Bahia	Particular
FAFS – Faculdade Arquidiocesana de Feira de Santana	Confessional/particular
STBNe – Seminário Teológico Batista do Nordeste	Confessional/particular
UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – Campus Feira	Pública

Fonte: Cunha (2014)

Até o final da década de 1990 a Universidade Estadual de Feira de Santana, era a única possibilidade de oferta de educação

superior (não confessional) na cidade de Feira de Santana. Obviamente, por mais que a instituição buscasse expandir sua oferta de cursos, não tinha condições quantitativas de satisfazer a demanda da cidade (e da região). A UEFS se destacou ao longo dos anos com a oferta de cursos, principalmente, na área de educação (licenciaturas) e da saúde, apesar de os cursos de Engenharia Civil e Ciências Sociais Aplicadas (Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas) serem dos mais tradicionais da instituição. A faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC), após uma cisão de outro grupo educacional privado, foi implantada na cidade e absorveu grande parte da demanda represada, principalmente na formação de mão de obra para a área de gestão. Os primeiros cursos ofertados (várias turmas por semestre) pela FTC em Feira de Santana foram os de Administração (com diversas habilitações), Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e Sistemas de Informações (CUNHA, 2014).

Através de um aumento próprio da demanda latente tanto do município quanto da própria região, outras instituições de ensino superior se instalaram na cidade através de modalidades semipresenciais e a distância, estas sem uma maior preocupação com a formação *Stricto Sensu* e a Pesquisa. Estas instituições estão apresentadas no quadro 2:

Quadro 2: Instituições com oferta de ensino EAD em Feira de Santana

Instituição de Educação Superior – Educação à distância	Natureza
UNIFACS: Universidade Salvador – Campus Feira	Particular
UNIASELVI – Centro Universitário Leonardo da Vinci – Polo Feira de Santana	Particular
UNISA – Universidade Santo Amaro – Polo Feira de Santana	Particular
Faculdade Pitágoras	Particular
UNOPAR – Universidade do Norte do Paraná – Campus Feira de Santana	Particular
Universidade Anhanguera – Polo Feira de Santana	Particular
UNEb/UAB – Universidade do Estado da Bahia/Universidade Aberta do Brasil – Polo Feira de Santana	Pública

Fonte: Cunha (2014)

A oferta de cursos na modalidade Educação à Distância (EAD), atinge uma faixa da população que os busca pelas seguintes motivações: flexibilidade da operacionalização do curso e menor preço das mensalidades. Em Feira de Santana, a maioria da demanda por cursos de tal natureza advém de trabalhadores dos setores do comércio e de serviços e as ofertas, em sua grande maioria, são de cursos de áreas que excluem o viés tecnológico. Naturalmente os preços dos cursos em modalidade EAD são mais baixos que os cursos presenciais por conta da especificidade na constituição dos seus custos. Não há aqui qualquer inferência sobre a qualidade dos mesmos, até porque essa modalidade busca metodologias calcadas

em tecnologias que proporcionem a formação dentro dos parâmetros de qualidade estabelecidos pelos órgãos reguladores (CUNHA, 2014).

Estabelecidos as instituições que fornecem educação superior em Feira de Santana, torna-se também necessário analisar o número de matrículas por dependência administrativa, no qual assim como no número de instituições dos quadros anteriores, percebemos números expressivos do setor privado conforme a tabela 1:

TABELA 1: Matrículas na educação superior por dependência administrativa em Feira de Santana

Ano	Total	Matrícula			
		Federal	Estadual	Municipal	Privada
2007	14.257		7.320		6.937
2008	14.754		7.039		7.715
2009	16.214		6.653		9.561
2010	24.573		6.745		17.828

Fonte: MEC/INEP(2012) adaptado de Cunha(2014)

Os números mais expressivos da educação privada em relação à educação pública também se refletem no número de concluintes da educação superior por dependência administrativa conforme vemos na tabela 2.

TABELA 2: Concluintes educação superior por dependência administrativa- Feira de Santana

Ano	Total	Concluintes			
		Federal	Estadual	Municipal	Privada
2007	2.285		1.619		666
2008	2.282		1.707		575
2009	2.867		481		2.386
2010	2.397		289		2.108

Fonte: MEC/INEP(2012) adaptado de Cunha(2014)

Estabelecidos os números do total de matrículas efetivadas e dos números de concluintes das instituições de ensino superior, podemos estabelecer uma relação entre os números de concluintes da educação superior e a sua ocupação no mercado formal do município de Feira de Santana, estes dados estão disponíveis na tabela 3.

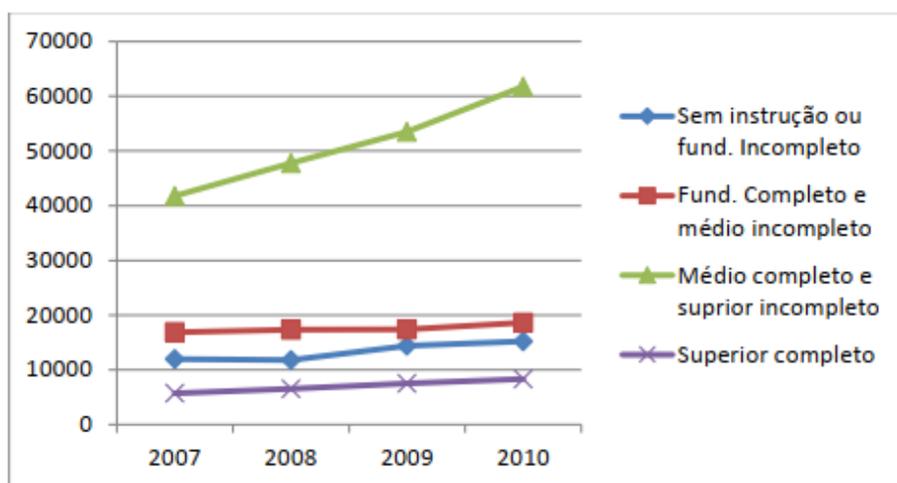
Tabela 3: Grau de Instrução do pessoal ocupado no mercado formal

Grau de Instrução	Ano							
	2007	%	2008	%	2009	%	2010	%
Sem instrução ou fund. Incompleto	11953	15,67	11780	14,12	14372	15,50	15203	14,63
Fund. Completo e médio incompleto	16857	22,09	17347	20,79	17393	18,76	18612	17,91
Médio completo e superior incompleto	41785	54,77	47782	57,76	53487	57,68	61775	59,45
Superior completo	5701	7,42	6534	7,83	7480	8,07	8314	8,00
TOTAL	76296	100	83443	100	92732	100	103904	100

Fonte: RAIS (2012) adaptado de Cunha (2014)

Apesar dos números pujantes e do crescimento no período, através do gráfico 1 é possível observar que ainda há uma defasagem no nível de instrução do pessoal ocupado em Feira de Santana.

Gráfico 1: Grau de instrução do Pessoal Ocupado em Feira de Santana



Fonte: Cunha (2014)

Essa defasagem no nível de instrução do pessoal ocupado no município de Feira de Santana se torna ainda mais visível se compararmos a população existente com a população ocupada por grau de instrução em Feira de Santana com os dados do último censo conforme a tabela 4.

Tabela 4: População ocupada x população ocupada por grau de instrução Feira de Santana 2010

Grau de Instrução	População ocupada (MTE-RAIS)	População acima de 10 anos (IBGE)	Diferença	Diferença %
Sem instrução ou fund. Incompleto	15.203	229.779	21.4576	93,38
Fund. Completo e médio incompleto	18.612	78.084	59.472	76,16
Médio completo e superior incompleto	61.775	137.159	75.384	54,96
Superior completo	8.314	24.458	16.144	66,01
Total	103.904	469.480	365.576	77,87

Fonte: Cunha (2014)

Através dos dados obtidos em fontes como a RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), do MEC (Ministério da Educação) e do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas), podemos tecer algumas inferências a respeito da formação de capital humano pelo ensino superior no município de Feira de Santana:

- Expressividade numérica do setor privado em relação ao setor público tanto na oferta de educação a distância quanto na oferta de educação presencial. No total, o município de Feira de Santana está na área de atuação de 3 instituições públicas (UEFS, UFRB e UNEB), e 15 instituições privadas. Este modelo de educação superior pode trazer implicações em relação ao nível de produção de pesquisa e extensão na cidade.
- Apesar de possuir 18 instituições de ensino superior em Feira de Santana, a inserção dos formandos destas instituições no mercado de trabalho formal ainda é bastante pequena no período observado, chegando ao máximo de 8 % no ano de 2010, sendo ainda a maior parte do mercado formal ocupada pelo nível de instrução ensino médio completo. Acredita-se que tais números são justificados pela composição da economia do município, bastante voltada para o setor industrial e setor de serviços, setores que tradicionalmente oferecem a maioria das vagas em funções operacionais, não exigindo necessariamente a formação superior para ocupá-las.

Tendo por base a atual conjuntura econômica, marcada pela incerteza e por um ambiente de recessão e crise, algumas possibilidades (e questionamentos) passam a ser vislumbradas em um cenário futuro da formação superior do capital humano em Feira de Santana:

a) A primeira será a forma como as instituições (públicas e, sobretudo as privadas) reagirão frente aos desafios impostos pela atual conjuntura econômica, política e social vivenciada pelo país e, com efeitos mais nocivos em regiões desfavorecidas economicamente. As instituições tenderão a promover uma heterogeneização do comportamento (onde cada uma toma conta de si em busca dos seus interesses), ou poderá ocorrer principalmente nas instituições privadas (por serem maioria), a adoção de comportamentos similares, protegendo as iniciativas que dão maior retorno (ou sucesso) financeiro em detrimento de demandas sociais e de desenvolvimento?

b) É possível que as mudanças conjunturais levem a um processo de homogeneização do ensino superior, onde as instituições de ensino estabeleçam prioridades no que diz respeito à oferta dos cursos em prol de um maior retorno financeiro?

c) Como as Instituições Públicas devem se posicionar neste cenário? Caberá apenas a elas o foco em atividades que visem o desenvolvimento econômico regional? Qual o papel da extensão e da pesquisa universitária (executados de forma predominante pelas instituições públicas) neste cenário?

Outra questão importante a ser levantada diz respeito a concentração da oferta de ensino nas mãos de poucos grupos, o que pode gerar além de uma homogeneização de cursos, a “profissionalização” da gestão educacional.

O fenômeno teve origem ainda na década de 1990, quando alguns mantenedores de instituições privadas começaram a contratar profissionais para lhes auxiliar na adequação às novas normativas legais. No princípio, as consultorias eram pessoas físicas, depois passaram a ser empresas especializadas; o fato é que as consultorias eram pessoas físicas, depois passaram a ser especializadas; o fato é que as consultorias foram o primeiro passo do setor privado rumo à profissionalização da gestão. Em geral, sem vínculos familiares ou empregatícios com os mantenedores, os consultores representavam o olhar de fora sobre as organizações educacionais, a maioria de origem familiar (SAMPAIO, 2013).

Esta profissionalização da gestão reflete em um afastamento da gestão das práticas pedagógicas rumo à gestão administrativa de fato. Os gestores das instituições (em caso mais específico, das instituições privadas) não possuem experiência pedagógica (jamais foram professores ou fundaram uma escola), e sim são oriundos da área administrativa ou da área financeira. Neste sentido, a educação passa a ser entendida como um processo de tomada de decisão administrativa cotidiana, onde atividades como realocação/dispensa de pessoal, fechar cursos deficitários e realocar turmas visam apenas a atender as expectativas de receitas e lucro líquido para a instituição.

Nesse mercado, a agilidade e competência gerencial dos grupos educacionais são decisivas para a sobrevivência do negócio [...] através da padronização pedagógica e de conteúdos nos cursos que oferecem para públicos distintos em diferentes regiões do país; avaliam que os resultados obtidos que podem estar obtendo no mercado de ensino superior resultam da adoção deste modelo de governança de uma gestão estratégica centralizada-desvinculada do corpo acadêmico- e gerências táticas descentralizadas exercidas pela figura do coordenador de curso (SAMPAIO, 2011).

Para que este possível cenário possa ser evitado ou corrigido, é necessário que a melhoria em termos qualitativos do setor privado possa ser induzida pela garantia de melhores condições competitivas no ensino superior. Para isto, torna-se necessário promover a livre entrada de instituições no município, com pouca intervenção governamental (exceto em casos específicos de processos de assimetria de informação e garantias de contratos) através de um mecanismo bem definido de ordem e arbitragem do ensino superior de modo a premiar as mais eficientes.

Em relação ao ensino superior público, torna-se necessário ao mesmo tempo elevar a qualidade do ensino alinhada às questões de financiamento. Como salienta Chaves e Amaral (2014,)), embora não exista uma relação linear entre os valores financeiros aplicados em educação e qualidade, é salutar que para que haja condições necessárias para o bom funcionamento de setores de ensino, pesquisa e extensão como pagamento de salários aos pesquisadores e a instalação e manutenção de condições adequadas.

Além disso, é preciso um alinhamento por parte das políticas públicas e das instituições públicas para o cumprimento da meta 12.5 do PNE (Programa Nacional da Educação) de ampliar através de programas especiais, as políticas de inclusão e assistência estudantil nas instituições públicas para os estudantes oriundos da escola pública (aqueles que possuem a menor renda e fazem partes dos grupos historicamente desfavorecidos na educação superior).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como principal objetivo analisar a composição e formação do capital humano através da educação superior no município de Feira de Santana segundo os dados do último censo. Como resultados obtidos, percebemos que a maioria dos concluintes da educação superior hoje são advindas das instituições de ensino privadas, e que estes concluintes tem pouca inserção no mercado formal urbano do município. Isto pode significar que as instituições de ensino não possuem conexões com o mercado formal da cidade, ou que a estrutura de empregos do município não tem a capacidade de atender a esta demanda ou está altamente concentrada na captação de mão-de-obra não local.

Nesta conjuntura, torna-se preciso pensar em políticas públicas voltadas tanto para o fortalecimento das instituições públicas para o desenvolvimento do tripé ensino-pesquisa e extensão, como também em políticas públicas de geração de uma maior oferta de

trabalho e de desenvolvimento urbano para captar esta nova oferta de mão de obra qualificada a Feira de Santana.

Assim, este trabalho tem por propósito contribuir com este debate, ao analisar de forma quantitativa e qualitativa, os dados da composição e formação do capital humano através do ensino superior no município de Feira de Santana para fornecer possíveis caminhos aos gestores de políticas públicas no caminho rumo ao desenvolvimento educacional e urbano, ainda mais na atual conjuntura de cortes de gastos públicos e redução dos repasses orçamentários, sobretudo no governo estadual, a Educação Superior deve ser pensada como chave para a superação da crise econômica e não como um problema a ser combatido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Janeide Oliveira da Silva. **A implantação do Centro Industrial do Subaé em Feira de Santana-Bahia através de uma industrialização planejada.** In: Encontro de Geógrafos da América Latina. Montevideú. 2009.

BECKER, Gary. **Human capital a theoretical and empirical analysis, with special reference to education.** 3. Ed. New York: University of Chicago, NBER, 2007.

BLUNDELL, Richard et al. **Human Capital Investment: the returns from education nad training to the individual, the firm and the economy.** Fiscal studies, London, v. 20, n. 1, p. 1-23, 1999.

CASTRO, Helder; SPINOLA, Noelio. **A formação do capital humano e o desenvolvimento da Bahia no século XX.** Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE - Ano XVIII – V. 2 - N. 34 – 2016.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; AMARAL, Nelson Cardoso. **Política de Financiamento da educação superior- Análise dos Planos Nacionais de Educação pós constituição/1988.** Revista Eletrônica de Educação, v. 8, n. 1, p.43-55. 2014.

CRUZ, Rossine Cerqueira Da. **A inserção de Feira de Santana (BA) nos processos de integração produtiva e de desconcentração**

econômica nacional. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas). Unicamp. Campinas. 1999.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil.** Rio de Janeiro. 2007.

CUNHA, Jaqueline Veneroso Alves da. **Doutores em Ciências Contábeis da FEA/USP: Análise sob a óptica do capital humano.** Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Universidade de São Paulo. São Paulo. 2014.

CUNHA, Hélio Ponce. **Análise da Localização, Inovação e Capital Humano como indutores do desenvolvimento regional e urbano: O caso de Feira de Santana.** Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano). Unifacs. Salvador. 2016.

DINIZ, C. C.; GONÇALVES, E. **Economia do Conhecimento e Desenvolvimento Regional no Brasil.** In DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. (orgs). Economia e Território. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. p.131-170.

FREITAS, Nacelice Barbosa. **Urbanização e Modernização Industrial das Cidades Médias da Bahia: Um Olhar Sobre Feira de Santana.** In: (Org.) LOPES, Diva Maria e HENRIQUE, Wendel. Cidades Médias e Pequenas: Teorias, Conceitos e Estudos de Caso. Salvador. SEI, 2010.

GÓES FILHO, Edelvino da Silva. **Condições da industrialização em Feira de Santana(1969-1989).** Dissertação (Mestrado em Economia) – UFBA, 2001.

IBGE. **Cidades - 2010.** Disponível em: <http://www.ibge.gov/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acessado em 28/05/2019.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de Economia.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SAMPAIO, Helena. **“O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações”.** Ensino Superior. Unicamp, 4: 28-43.

SAMPAIO, Helena. **Diversidade e Diferenciação no Ensino Superior no Brasil.** Textos para discussão. IPEA. 2013.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações:** uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações. Tradução Getúlio Schanoski Jr. São Paulo: Madras, 2009.

SCHULTZ, Theodore. **O Capital Humano: investimentos em educação e pesquisa.** Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro. 1971.

Resumo

O presente artigo tem por objetivo expor a formação e composição do capital humano do município de Feira de Santana e como os mesmos influenciam na dinâmica do referido município. Para tanto, esta pesquisa se apropriará das informações referentes ao último censo do IBGE e de dados disponíveis do Ministério da Educação, de modo a tentar compreender se no município de Feira de Santana há números pujantes na educação superior e as perspectivas futuras em relação a cidade.

Palavras-chave: Educação. Ensino Superior. Capital Humano. Cidade.

Abstract

This article aims to expose the formation and composition of human capital in the municipality of Feira de Santana and how they influence the dynamics of that municipality. To this end, this research will appropriate the information referring to the last IBGE census and available data from the Ministry of Education, in order to try to understand if in the municipality of Feira de Santana there are strong numbers in higher education and future perspectives in relation to the city.

Keywords: Education. University education. Human capital. City

Resumen

Este artículo tiene como objetivo exponer la formación y composición del capital humano en el municipio de Feira de Santana y cómo influyen en la dinámica de ese municipio. Con este fin, esta investigación se apropiará de la información referente al último censo del IBGE y los datos disponibles del Ministerio de Educación, con el fin de tratar de comprender si en el municipio de

DOI:10.20396/urbana.v12i0.8659348.

Feira de Santana hay grandes números en educación superior y perspectivas futuras en relación con la ciudad.

Palabras clave: Educación. Enseñanza superior. Capital humano Ciudad.

